



## Projeto de Lei nº 1.726, de 2011

Concede benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a empresas industriais em municípios com até quinze mil habitantes.

**AUTOR: Dep. RODRIGO DE CASTRO**  
**RELATOR: Dep. JAIRO ATAÍDE**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.726, de 2011, concede benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a empresas industriais que se instalarem em municípios com até quinze mil habitantes.

As empresas poderão usufruir da redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto de Importação - II e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre veículos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento a ser instalado em tais municípios.

Adicionalmente, o Projeto concede redução em 50% (cinquenta por cento), pelo período de cinco anos, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ devido pelo estabelecimento instalado em tais municípios e que nele mantenha suas atividades operacionais.

Por fim, a proposta estabelece que os benefícios fiscais previstos vigorarão até o último dia útil do décimo ano subsequente ao da data de sua publicação.

De acordo com seu autor, a proposta visa a incentivar o crescimento dos municípios com menos de quinze mil habitantes, aumentando a oferta de empregos e renda aos cidadãos que neles vivem, evitando-se, assim, o inchaço das grandes cidades brasileiras.



O Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO**

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012), em seus arts. 90 e 91, condiciona a aprovação de proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei ou medidas provisórias, que instituem ou alterem tributo, à apresentação de estimativas desses efeitos, elaboradas ou homologadas por órgão da União, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2013 a 2015, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria. As proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial deverão conter cláusula de vigência de no máximo 5 anos, sendo facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

Ainda em seu art. 90, a LDO 2013 destaca que a remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados



fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

O Projeto de Lei nº 1.726, de 2011, ao conceder benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a empresas industriais instaladas ou que se instalem em municípios com até quinze mil habitantes, gera renúncia fiscal, sem, no entanto, apresentar o montante dessa renúncia nem forma de sua compensação. Outrossim, o Projeto prevê cláusula de vigência superior a 5 anos, contrariando o artigo 91, § 1º da LDO 2013. Assim, proposição deve ser considerada incompatível e inadequada financeira e orçamentariamente, ficando, prejudicado seu exame quanto ao mérito, em conformidade com a regra do art. 10 da Norma Interna desta Comissão, relativa à admissibilidade financeira e orçamentária.

Diante do exposto, voto pela **incompatibilidade e pela inadequação orçamentária e financeira** do Projeto de Lei nº 1.726, de 2011, **dispensada a análise de mérito**, nos termos do art. 10 da Norma Interna desta Comissão.

Sala da Comissão, em      de      de 2013.

**Deputado JAIRO ATAÍDE**  
**Relator**